

# Folha Nacional

de 24/09/2022 | Bissemanal | Ano 1

pela verdade



HOSTILIZAÇÃO AO CHEGA CONTINUA!

# PARLAMENTO REJEITA TERCEIRO 'VICE' AO CHEGA

**200 Anos de Constituição**  
"NUNCA, COMO HOJE, A  
SEPARAÇÃO DE PODERES  
ESTEVE TÃO EM CAUSA"

- PÁGINA 4

**Política**  
AS NEGOCIATAS  
IMOBILIÁRIAS DE  
ANTÓNIO COSTA

- PÁGINA 5

**Opinião**  
ESTES DEPUTADOS  
NÃO GOSTAM DA  
DEMOCRACIA

- PÁGINA 3



HOSTILIZAÇÃO AO CHEGA CONTINUA!

# PARLAMENTO REJEITA TERCEIRO 'VICE' AO CHEGA

Os deputados à Assembleia da República mostraram, uma vez mais, um enorme desrespeito pelos 400 mil portugueses que votaram no partido CHEGA nas últimas eleições legislativas.

Esta falta de respeito fez-se notar, novamente, quando, esta quinta-feira, os deputados reprovaram, pela terceira vez, o nome de um deputado do CHEGA para ocupar o cargo de vice-presidente da Assembleia da República que se encontra vago.

Cabe recordar que o Regimento da Assembleia da República determina, no número 2 do artigo 23º, que "cada um dos quatro maiores grupos parlamentares propõe um Vice-Presidente e, tendo um décimo ou mais do número de Deputados, pelo menos um Secretário e um Vice-Secretário" – o CHEGA é o terceiro maior grupo parlamentar – e a prática parlamentar das últimas décadas é a de que os quatro maiores grupos parlamentares tenham um deputado na vice-presidência da Assembleia da República.

Desta forma, e mais uma vez, caiu a máscara aos falsos democratas que poluem o Parlamento e que desrespeitam a vontade dos portugueses, em particular dos 400 mil portugueses que transformaram o CHEGA no ter-

ceiro maior partido da política portuguesa. O deputado Rui Paulo Sousa viu assim a sua eleição a vice-presidente da AR falhar com 64 votos favoráveis, 137 brancos e 12 nulos, num total de 213 deputados que votaram.

Após o anúncio dos resultados, o Presidente do Partido CHEGA, André Ventura, teceu duras críticas aos deputados e, em especial, ao Partido Socialista quem acusou de promover um "verdadeiro boicote" ao terceiro maior partido a nível nacional.

"Este resultado só tem um partido responsável: é o partido que governa Portugal", frisou. "O CHEGA apresentou candidatos com diferentes perfis e, portanto, é com particular tristeza que assistimos ao facto de que o que está em causa não é o perfil dos deputados, mas sim um verdadeiro boicote ao CHEGA, um boicote partidário e ideológico, o que não fica muito bem a uma câmara fazer, ainda que o CHEGA respeite o voto dos seus pares, porque é assim que fazemos em democracia", assinalou André Ventura, frisando que, depois de rejeitada a eleição de Diogo Pacheco de Amorim, de Gabriel Mithá Ribeiro e agora de Rui Paulo Sousa não há mais nada a dizer que não seja: "Este é o maior boicote vergonhoso parlamentar de que há memória na Europa Ocidental".

# ESTES DEPUTADOS NÃO GOSTAM DA DEMOCRACIA

O Parlamento chumbou, pela terceira vez, o nome proposto pelo CHEGA para a vice-presidência da Assembleia da República.

Depois de Diogo Pacheco de Amorim e Gabriel Mithá Ribeiro, foi a vez do deputado Rui Paulo Sousa. Três perfis completamente distintos, com percursos políticos diferentes, experimentam os três o veto dos seus pares, dando mais um sinal de falta de sentido democrático e provando apenas que a ideia é traçar linhas vermelhas ao CHEGA!

Aliás, o líder parlamentar do PS, Eurico Brilhante Dias, disse claramente que estavam a traçar "linhas vermelhas", segundo o próprio, a forças "anti-democratas aqui representadas"... Ora, quem fez acordos com partidos de extrema esquerda, que defendem regimes como o da Venezuela, Cuba ou Coreia do Norte, ou que são incapazes de condenar a invasão da Rússia à Ucrânia, não tem moral para apelar os outros de anti-democratas!

Anti-democracia é a falta de respeito aos 400.000 portugueses que votaram no CHEGA e que quiseram que fosse a terceira força nacional. É uma atitude profundamente antidemocrática e contra a prática de mais de 40 anos de democracia e um ataque à pluralidade democrática, típico das autocracias.

A terceira força política mais votada sempre elegeu um vice-presidente da Assembleia da República e isso devia ser respeitado. Foi o povo português que assim quis, como outrora aconteceu com PCP e BE.

As bancadas da esquerda, amparada pela extrema-esquerda, enchem a boca com a palavra democracia, arvorando-se em arautos da moral e bons costumes, mas

quando se trata de a aplicar com o CHEGA, a conversa já é outra!

Até o próprio PSD, indo contra as indicações do seu líder, Luís Montenegro, vê a maioria dos seus deputados embarcarem na cantiga da esquerda... Triste caminho este que o PSD continua a seguir, perdido no Parlamento, sem fazer oposição ao "des"governo socialista!

Depois de sucessivos atropelos ao Regimento, de interrupções aos nossos deputados, particularmente ao nosso líder André Ventura, de deputados da esquerda dobrarem o tempo das suas intervenções, vêm agora os "democratas de Abril" vetar com o a eleição de um vice-presidente da Assembleia da República do CHEGA! E acreditem, este é o único motivo: ser do CHEGA!

O mesmo acontece com proposta nossas que são rejeitadas simplesmente serem... do CHEGA! Há uma coisa que os "democratas" ainda não perceberam... É que não nos vergam! Cada vez que votam contra nós, seja nesta eleição ou nos nossos projetos de lei, cada vez que nos chamam nomes, cada vez que passam por nós e baixam a cara, são medalhas que nos dão e que ostentamos com muito orgulho!

Os portugueses sabem quem é a sua voz aqui no parlamento, quem é a voz dos que trabalham e pagam impostos! Quem lhes diz na cara aquilo que eles não gostam de ouvir. Um dia, a história irá dar-nos razão! A democracia está em falta na casa da democracia, faltas sucessivas, faltas por puro preconceito ideológico e não a pensar no bem-estar dos portugueses! A diferença é esta: para nós, os portugueses estão primeiro!

Por vezes apetece perguntar... onde andas tu democracia, nestes primeiros seis meses de legislatura?



**PEDRO PINTO**

LÍDER DA BANCADA PARLAMENTAR DO CHEGA

## DEPUTADO DO BLOCO CHAMA "PALHAÇO" A ANDRÉ VENTURA DURANTE DEBATE

O líder do CHEGA, André Ventura, foi apelidado de "palhaço" por um deputado extremista do Bloco de Esquerda quando se encontrava no uso da palavra durante a sessão plenária desta quarta-feira. André Ventura falava no Plenário sobre as declarações da secretária de Estado, Patrícia Gaspar, durante o debate sobre as falhas existentes no combate aos incêndios que fustigaram o país durante o verão.

O líder do CHEGA criticava o facto de a governante, confrontada com as falhas sentidas no terreno, ter respondido que as equipas de combate aos incêndios serão agora mais diversificadas, tendo elementos transgénero na sua composição. "Os portugueses que estão a ouvir isto estão a pensar: 'era mesmo isto que precisávamos, agora é que não haverá mais incêndios'", disse ironicamente, acrescentando

quando a "senhora secretária de Estado devia era preocupar-se com o subsídio de risco que os bombeiros não têm, com a carreira que não têm, com o dinheiro que não têm e com as sandes com manteiga que o Estado lhes dá". Nesta senda, os deputados do partido de extrema-esquerda começaram a apupar o líder do CHEGA com José Soeiro a chamar "palhaço" a André Ventura.



# "NUNCA, COMO HOJE, A SEPARAÇÃO DE PODERES ESTEVE TÃO EM CAUSA"



## VITÓRIA: CASTRAÇÃO QUÍMICA DISCUTIDA NA AR

A possibilidade de aplicar a pena acessória de castração química a violadores e pedófilos, que é uma das principais bandeiras do partido CHEGA vai, finalmente, a discussão na Assembleia da República.

O presidente da Assembleia da República admitiu a iniciativa do CHEGA que prevê a castração química para crimes de violação e abuso sexual de crianças, após uma alteração que passa a incluir a necessidade de acordo do arguido. A nova versão do projeto do CHEGA passa a prever que pode ser condenado a pena acessória de castração química quem cometer os crimes de violação ou abuso sexual de crianças quando seja reincidente ou "tenha praticado o facto em circunstâncias que revelem a especial censurabilidade ou perversidade da conduta do agente" quando "haja acordo entre o tribunal, o MP e arguido".

Outra alteração ao projeto, disponível no site da Assembleia da República, é que a castração química não poderá ser aplicada em caso de existir "perigo para a vida do arguido, clinicamente comprovado". Desta forma, o Presidente da AR não teve como impedir que o projeto do CHEGA fosse aceite pelos serviços da Assembleia para ser discutido no Plenário.

A Assembleia da República recebeu, na sexta-feira, a cerimónia de celebração do 200º aniversário da Constituição de 1822, na qual participaram o Presidente da República e diversos convidados institucionais e civis. No seu discurso, de cerca de dez minutos e que pode ouvir aqui, o Presidente do CHEGA lamentou que, 200 anos depois, ainda "não se tenha concretizado o constitucionalismo". "Enquanto houver um português que não consegue ter condições de vida dignas neste país, nós falhámos Abril, falhámos o Constitucionalismo e o Liberalismo", disse André Ventura, frisando que "podemos sempre arranjar desculpas para ter falhado, mas quem está em casa a ouvir-nos sabe que não tem dinheiro para pagar o gasóleo ou os livros da escola dos filhos".

Perante um Parlamento cheio de convidados, André Ventura foi perentório ao afirmar que "nunca, como hoje, a separação de poderes esteve tão em causa" e é colocada "profundamente em causa quando um governo de maioria absoluta sente que tudo pode e que ninguém tem a capacidade de o controlar".

"É colocada em causa quando o Governo insiste em controlar a investigação criminal ou usar as instituições do Estado contra os seus adversários", acrescentou. Na cerimónia de celebração, que durou pouco mais de uma hora e meia, o Presidente do CHEGA lamentou também que o princípio da igualdade apenas existe no papel, porque na realidade não é colocado em prática. "Criámos uma República em que alguns acham que têm direito a tudo

sem terem deveres para com os seus concidadãos", apontou, atirando também na direção da alegada liberdade de imprensa e de opinião que a Constituição defende e garante.

"Onde é que está a liberdade de imprensa quando o Governo tenta, progressivamente, amordaçar aqueles que deviam ter livre opinião? Onde é que está a liberdade de imprensa quando alguns órgãos de comunicação social tomam sempre como populistas e mentirosos alguns e como responsáveis e estadistas outros, mesmo que estes responsáveis e estadistas sejam os grandes responsáveis pelo estado a que chegámos hoje", criticou André Ventura, lançando ainda nova farpa - merecida - à imprensa: "Onde é que está a liberdade de opinião que nos tinham prometido

quando, numa grande parte da nossa imprensa, temos a mesma área política a dominar, a comentar de manhã à noite, quando a outros muito mais representativos do povo em votos lhes é vedado esse espaço?".

André Ventura concluiu a sua intervenção, assegurando que a "luta por um país melhor não pode parar e não é certamente nenhuma Constituição que a vai parar, porque é no povo e só no povo que reside a soberania de Portugal".

**"NÃO ESTAMOS AQUI POR NENHUMA GRAÇA DIVINA. NEM POR UMA MISSÃO HISTÓRICA. ESTAMOS AQUI PORQUE OS NOSSOS COMPATRIOTAS NOS ELEGERAM"**



## CRISE: PRESIDENTE DA REPÚBLICA VAI REUNIR O CONSELHO DE ESTADO

O Presidente da República anunciou que vai reunir o Conselho de Estado para analisar a situação política e socioeconómica do país, depois das audiências com os partidos em Belém sobre o Orçamento do Estado para 2023. Sem referir uma data em concreto, o chefe de Estado referiu que vai fazer uma auscultação sobre o que é que os partidos querem ver vertido na política orçamental do próximo ano

depois da visita de cinco dias que fará à costa ocidental dos EUA para contactar com os portugueses que ali vivem, realizando-se depois a reunião com os conselheiros de Estado.

A anterior reunião do Conselho de Estado decorreu no final de junho e teve como tema as alterações climáticas e a transição energética à luz da realidade geopolítica espoletada pela guerra na Ucrânia.

## PSD EM RODA LIVRE: DEPUTADOS DESOBEDECEM MONTENEGRO

A terceira eleição para a vice-presidência da Assembleia da República, que decorreu quinta-feira, teve uma novidade: a ordem expressa do líder do PSD, Luís Montenegro, e do líder da bancada, Joaquim Miranda Sarmento, para os seus deputados votarem favoravelmente o nome proposto pelo CHEGA (que teve 64 votos a favor). No entanto, após conhecidos os resultados, verificou-se que essa ordem não foi



cumprida. Se fizermos as contas por alto, juntando os votos do próprio CHEGA aos da IL- assumindo que esta votou favoravelmente, como anunciou - o CHEGA teve cerca de 20 votos, sobrando apenas 44 votos (o PSD tem 72 deputados!) que podem ter vindo tanto do PSD como do PS. Isto significa que o PSD continua com problemas internos, não respeitando nem o seu líder de bancada, nem o seu presidente.

# NEGOCIATAS IMOBILIÁRIAS LUXUOSAS DO PRIMEIRO-MINISTRO PORTUGUÊS



## CHEGA CRITICA A GESTÃO DANOSA DO GOVERNO

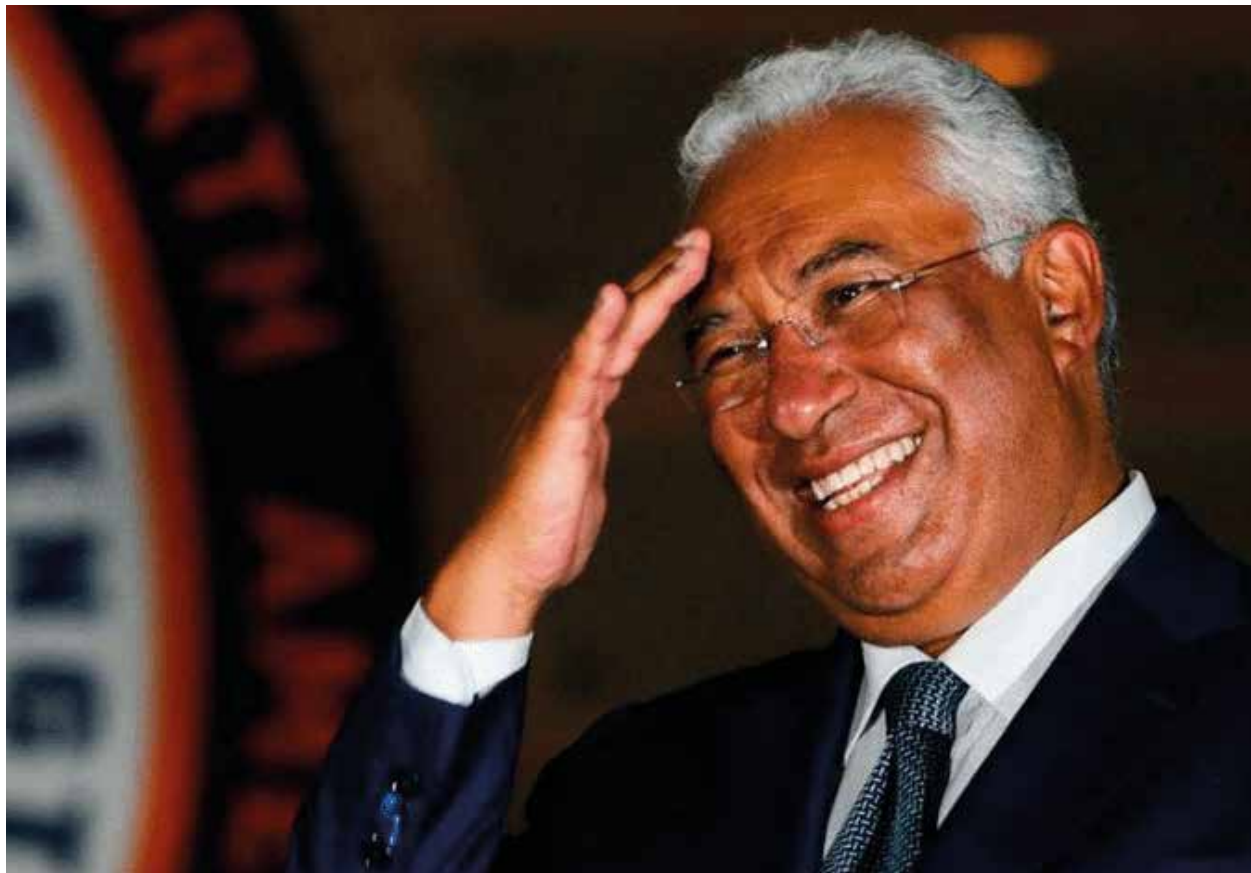
O presidente do CHEGA criticou o que considerou ser a gestão desastrosa do Governo nos incêndios e apelou a uma investigação sobre os problemas do sistema de comunicações SIRESP, tendo o Governo destacado o reforço do dispositivo. Na intervenção inicial da interpelação requerida pelo seu partido sobre "as sucessivas falhas no combate aos incêndios", André Ventura afirmou que o debate é justificado pelo "desastre que a gestão socialista imprimiu nos incêndios". Apontando que "Portugal teve este ano a maior percentagem de área ardida da Europa" e a "terceira maior área ardida em termos absolutos na Europa", o líder do CHEGA defendeu que, "se em 2017 tudo falhou, em 2022 quase tudo falhou".

Sobre o sistema de comunicações SIRESP, André Ventura afirmou que "não funcionou", sustentando que em Leiria "os bombeiros foram obrigados a recorrer a sistemas de comunicações alternativos" e que em Palmela "a Proteção Civil voltou a falhar no auxílio".

"Espero que a Procuradora-Geral da República lance a devida investigação sobre o que falhou no sistema SIRESP", afirmou.

O deputado do CHEGA acusou também a secretária de Estado de ter ofendido os portugueses quando disse que os algoritmos indicaram que ardeu menos área do que era suposto, defendendo a demissão da governante.

Ainda apontando ao Governo, o líder do CHEGA criticou por várias vezes na sua intervenção que o ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, não tenha marcado presença no parlamento, estando o Governo representado pela secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar.



Segundo a declaração que o primeiro-ministro entregou no Tribunal Constitucional, o valor que pagou por um T1 num condomínio de luxo em Benfica foi mais baixo do que uma cave que tinha comprado em 2018, na mesma zona da cidade. O jornal Tal& Qual revela que Costa pagou 276 050 euros pelo T1 no

condomínio de luxo 'Fábrica 1921', tendo pagado pelo T2, com 74 m<sup>2</sup>, situado numa cave de um prédio antigo, 327 mil euros. Aparentemente, trata-se de um excelente negócio, uma vez que o T1 de luxo e pronto a estrear foi 50 950 euros mais barato que o T2 numa cave de um prédio antigo.

Mas nem tudo são bons negócios na vida de Costa. O T2 que comprou em 2018 pelo valor de 327 mil euros, foi vendido mais tarde por 280 mil euros, o que representa uma perda de 47 mil euros.

É caso para dizer que Costa anda em contra ciclo à inflação: compra mais caro quando toda a gente compra

mais barato e compra barato quando todos compram mais caro.

Recorde-se que, apesar de ser um crítico da especulação imobiliária, António Costa tem feito vários negócios que já vêm desde o tempo em que era presidente da Câmara de Lisboa e continuam enquanto primeiro-ministro.

## GOVERNO DÁ RAZÃO AO CHEGA QUANTO AO AEROPORTO DO PICO

O CHEGA denunciou a situação insustentável da falta de ar condicionado no aeroporto do Pico e o Governo Regional veio dar razão às queixas de funcionários, lojistas e passageiros a que o CHEGA deu voz.

Em resposta ao requerimento enviado pelo deputado José Pacheco, em agosto passado, o Executivo disse ter conhecimento do problema e, por isso, autorizou a SATA a avançar com a respetiva solução.

Trata-se de um investimento que totaliza mais de um milhão de euros e terá um prazo de execução de 10 meses, a contar da data de consignação, mas está dependente da autorização do Tribunal de Contas.

Em Agosto o CHEGA enviou um requerimento ao Governo, denunciando a inexistência de ar condicionado naquele aeroporto inaugurado em 1982, mas cujo edifício até já está preparado para receber o sistema AVAC.



## JUROS DOS EMPRÉSTIMOS VÃO CASTIGAR AINDA MAIS AS FAMÍLIAS

As taxas Euribor continuam, pela nona sessão consecutiva, a subir a três, a seis e a 12 meses para novos máximos em mais de 10 anos.

As Euribor estão a subir desde que, em 08 de setembro, o BCE subiu as três taxas de juro diretoras em 75 pontos base, o segundo aumento consecutivo deste ano, já que em 21 de julho, tinha subido em 50 pontos base as três taxas de juro

directoras, a primeira subida em 11 anos, com o objetivo de travar a inflação.

A taxa Euribor a seis meses, a mais utilizada em Portugal nos créditos à habitação e que entrou em terreno positivo em junho, avançou para 1,766% num novo máximo desde novembro de 2011.

A média da Euribor a seis meses subiu de 0,466% em julho para 0,837% em agosto. As Euribor começaram a subir mais signi-

ficativamente depois de o Banco Central Europeu ter admitido subir as taxas de juro diretoras este ano devido ao aumento da inflação na zona euro e a tendência foi reforçada com o início da invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro. As Euribor são fixadas pela média das taxas às quais um conjunto de 57 bancos da zona euro está disposto a emprestar dinheiro entre si no mercado interbancário.

## COSTA SÓ DIVULGA PREVISÕES MACROECONÓMICAS PARA 2023 EM OUTUBRO

O primeiro-ministro remeteu a divulgação das previsões macroeconómicas do Governo em relação a 2023 para a data da apresentação do Orçamento do Estado, 10 de outubro, deixando elogios à capacidade das empresas portuguesas.

“Convém nunca menosprezar a capacidade que as empresas e o tecido empresarial português têm revelado de se readaptarem perante situações muito adversas”, considerou António Costa, que respondia a perguntas dos jornalistas, na sede das Nações Unidas, nos EUA.

Questionado sobre o que podem os portugueses esperar da evolução económica em 2023 e se pode haver uma recessão em Portugal, como se antevê na Alemanha para este inverno, o primeiro-ministro respondeu que “o quadro de previsão daquilo que será a situação do país no próximo ano” será conhecido quando for apresentado o Orçamento, “no dia 10 de outubro”.

“Todos temos de ter preocupações sobre o próximo ano, sobre o dia de amanhã e sobre todos os anos. A verdade é que neste ano, segundo as previsões da Comissão Europeia Portugal é o país que mais cresce em toda a UE”, salientou.

Depois, António Costa disse que o Governo está “a analisar quais são as perspetivas para o próximo ano tendo em conta aquilo que são os efeitos que a guerra está a ter nalgumas das principais economias europeias, designadamente a alemã”.

“Estamos também a ter em conta o que acontece noutros mercados em que, felizmente, as empresas portuguesas têm conseguido reorientar o seu esforço de exportação, e isso tem sustentado de uma forma bastante vigorosa o nosso crescimento económico”, prosseguiu.

O primeiro-ministro elogiou a capacidade das empresas portuguesas e não se alongou mais sobre este assunto: “Em outubro teremos muito tempo para falar”.

Interrogado sobre o apelo que o Presidente da República tem repetido para que o Governo divulgue quanto antes o cenário macroeconómico para o próximo ano, António Costa referiu que fala semanalmente com Marcelo Rebelo de Sousa “mantendo-o naturalmente informado”.

“O senhor Presidente da República conhece os calendários, sabe que é dia 10 de outubro”, concluiu.

# PREÇOS DAS CASAS AUMENTARAM MAIS DE 13% NO SEGUNDO TRIMESTRE E JÁ ATINGEM MÁXIMO



O Índice de Preços da Habitação aumentou 13,2% no segundo trimestre, mais 0,3 pontos percentuais face ao trimestre anterior, atingindo um novo máximo histórico da série disponível, revelou, o Instituto Nacional de Estatística (INE).

A taxa de variação média anual deste índice fixou-se em 12,3% no segundo trimestre de 2022, acelerando 1,3 p.p. face ao trimestre anterior e atingindo um novo máximo da série disponível, segundo o instituto.

Entre abril e junho de 2022, a taxa de variação média anual dos preços das habitações existentes foi superior à observada nas habitações novas, 13% e 10,4%, respetivamente, tendo sido, em ambos os casos, a taxa mais elevada desde o início das séries do INE.

No segundo trimestre, o aumento dos preços das habitações existentes foi 14,7% e nas habitações novas de 8,4%, tendo o índice subido 3,1% entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano.

Entre abril e junho, foram transacionadas 43.607 habitações pelo valor de 8,3 mil milhões de euros, traduzindo aumentos de 4,5% e 19,5% face ao mesmo período do ano anterior, respetivamente.

Deste total, 87,6% (38.181 habitações) foram adquiridas no segundo trimestre por compradores pertencentes ao setor institucional das famílias, totalizando 7,2 mil milhões de euros (86,7% do total), enquanto os compradores com um domicílio fiscal fora do terri-

tório nacional foram responsáveis por 6,4% do número total de transações (2.783 habitações), correspondendo a 11,9% do valor total transacionado.

Do primeiro para o segundo trimestre, o número de transações de alojamentos aumentou 0,1% (-5,1%, no trimestre anterior), tendo o crescimento no número de transações acontecido unicamente no caso das habitações novas (3,4%), enquanto nas habitações existentes se registou uma descida de -0,6%.



## TAXA DE POUPANÇA DAS FAMÍLIAS CAIU PARA 5,9% NO SEGUNDO TRIMESTRE

A taxa de poupança das famílias caiu para 5,9% do rendimento disponível no segundo trimestre do ano, refletindo o aumento de 2,7% do consumo privado, segundo os dados que foram divulgados na sexta-feira pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

“A taxa de poupança das famílias atingiu 5,9% do Rendimento Disponível Bruto (RDB), o que

correspondeu a uma redução significativa de 1,4 p.p. [pontos percentuais] relativamente ao trimestre anterior”, revela o relatório do INE.

De acordo com o organismo de estatística, este desempenho resultou de um aumento do consumo privado de 2,7% (variação em cadeia de 4,0% no trimestre anterior), superior ao crescimento do rendimento disponível (1,2%).

## PAIS VIOLARAM FILHA POR OITO ANOS COMO PREPARAÇÃO PARA VIDA SEXUAL

Um casal com cerca de 40 anos, residente no distrito de Leiria, foi detido pela Polícia Judiciária e vai aguardar julgamento em prisão preventiva por ter violado a própria filha durante oito anos com o objetivo, disse, de a preparar para a vida sexual. Os factos ocorreram em contexto familiar, "sob pretexto de concorrerem para a formação e preparação da vítima para o seu desenvolvimento sexual futuro, sendo

perpetrados pelo pai com a cumplicidade da mãe", acrescentava o comunicado. À agência Lusa, o diretor da Polícia Judiciária de Leiria, Avelino Lima, explicou que "os abusos começaram quando a filha do casal, hoje adolescente, era ainda criança, e prolongaram-se durante vários anos". A situação foi denunciada recentemente pela escola da vítima à Polícia Judiciária que, segundo o diretor, "promoveu de

imediatamente o afastamento dos agressores" e desenvolveu medidas para proteger a outra criança da família, "em relação à qual não há conhecimento de abusos". O casal, com idades a rondar os 40 anos, foi detido em cumprimento de mandados de detenção emitidos pelo DIAP das Caldas da Rainha, já que os crimes ocorreram num dos concelhos da área de competência deste departamento.

## CIBERATAQUE À TAP: REVELADOS EMAIL E TELEMÓVEIS DE VENTURA E COSTA NA DARKWEB

Os dados pessoais dos clientes da TAP divulgados pelo grupo de cibercriminosos Ragnar Locker, que atacou a companhia aérea em agosto, vão do nome, morada, e-mail, data de nascimento até data de registo e número de passageiro. "Lamentavelmente, queremos informar que as categorias de dados pessoais de clientes TAP divulgadas consistem nas seguintes: nome, nacionalidade, sexo, data de nascimento, morada, e-mail, contacto telefónico, data de registo de cliente e número de passageiro frequente", adiantou a TAP em comunicado. A companhia aérea indicou que a informação divulgada relativamente a cada cliente pode variar, reiterando que "não há indícios de que dados de pagamento tenham sido exfiltrados dos sistemas". No documento intitulado "Aviso Importante aos Clientes", a TAP recomendou ainda a "verificação das condições de segurança que os (...) clientes utilizam para aceder à sua área reservada, nomeadamente através da utilização de uma senha forte e da sua alteração frequente", embora o acesso ao serviço Miles&Go ou à área reservada dos clientes não tenha sido comprometido.

A TAP pediu ainda para que os clientes "se mantenham cautelosos" face "a comunicações não solicitadas que requeiram informações pessoais" e que "evitem clicar em ligações ou descarregar anexos enviados a partir de endereços de e-mail suspeitos". "(...) Após esta comunicação pública, a TAP não enviará mensagens diretamente a clientes individuais sobre este assunto, por qualquer meio", alertou. Uma notícia divulgada pelo Expresso, esta sexta-feira, dá conta de que o grupo que atacou a companhia aérea em agosto publicou dados de 1,5 milhões de clientes e diz continuar a ter acesso remoto a sistemas da TAP. Entre os clientes que têm os seus



dados pessoais a circular livremente na darkweb contam-se o primeiro ministro, António Costa, o Presidente do terceiro maior partido português, André Ventura, a deputada de extrema-esquerda, Joana Mortágua, o antigo líder do CDS, Paulo Portas, entre muitos outros, incluindo o próprio diretor do SIS. Face a esta notícia, a companhia aérea portuguesa sublinha que tem estado em todo o processo a trabalhar com o Centro Nacional de Cibersegurança, a Polícia Judiciária e a Microsoft. "Em agosto de 2022, os sistemas internos de cibersegurança da TAP Air Portugal (TAP) detetaram o acesso não autorizado a alguns sistemas informáticos. A TAP está preparada para este cenário e mobilizou de imediato uma equipa de especialistas

internos e externos de TI e de peritos forenses para investigar em detalhe o sucedido e prevenir danos adicionais", explicou a companhia aérea. Segundo o Expresso, o grupo de cibercriminosos Ragnar Locker "cumpriu a ameaça que vinha fazendo e publicou esta segunda-feira 581 gigabytes de dados que diz serem relativos a 1,5 milhões de clientes da TAP". Numa mensagem publicada na Dark Web - refere o jornal -, os Ragnar Locker "garantem ainda que continuam a ter acesso aos sistemas informáticos da TAP". Além das tabelas com moradas, números de telefone e nomes de clientes, o Expresso, que teve acesso aos ficheiros, escreve que a fuga de dados "apresenta documentos de identificação de pessoas que

aparentam ser profissionais ou parceiros da TAP, bem como acordos confidenciais com várias empresas e relações com outras companhias de aviação". Num email enviado aos clientes na semana passada, a TAP alertou os clientes afetados pelo ataque informático, cujos dados foram publicados, de que esta divulgação "pode aumentar o risco do seu uso ilegítimo", pedindo atenção a comunicações suspeitas. "Lamentamos muito que dados pessoais seus tenham sido incluídos nesta divulgação e por qualquer inconveniente que isso lhe possa causar", disse a TAP, reafirmando ainda o seu "compromisso" com a proteção dos dados pessoais e adiantando que estão "a ser desenvolvidas medidas de reforço da segurança" dos dados.



## "IRRISÓRIO". SINDICATO DA PSP DESMENTE MINISTRO

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) refutou as declarações do ministro da Administração Interna sobre a existência de "mais do dobro de candidatas" para a PSP, garantindo que o número é "manifestamente irrisório".

Num comunicado enviado à Lusa, a maior organização laboral da PSP contesta as palavras de José Luís Carneiro na segunda-feira, quando destacou os 1.000 novos polícias que dentro de dias terminam o curso e os outros 1.000 que vão iniciar formação, salientando ainda a "atratividade das forças de segurança" para as cerca de 1.020 vagas a concurso. "Assegura que existem 2.000 candidatos para preencher as 1.000 vagas necessárias. Ignora, desconhece ou omite que ainda se encontram por realizar a maioria das provas de admissão", referiu a associação sindical, acrescentando: "O MAI [Ministério da Administração Interna] deveria também assumir que, após a alteração à portaria de admissão à PSP, com a alteração dos critérios de idade, o número de candidatos é manifestamente irrisório".



## D. TOLENTINO MENDONÇA NOMEADO PREFEITO DO DICASTÉRIO PELO PAPA

O cardeal português D. Tolentino Mendonça foi nomeado prefeito do Dicastério para a Cultura e a Educação do Vaticano. Segundo o jornal 7Margens, o Cardeal Português, que até aqui era arquivista e bibliotecário da Santa Sé, foi agora incumbido de nova missão, desta feita enquanto prefeito do Dicastério para a Cultura e a Educação do Vaticano.

Com esta nomeação, que deverá ser anunciada na próxima semana, o prelado irá substituir o cardeal Gianfranco Ravasi, sendo responsável pela rede escolar católica do mundo inteiro. Tolentino de Mendonça é natural de Machico, Madeira, tendo entrado para o seminário aos 11 anos. É doutorado em Teologia Bíblica e antigo vice-reitor da Universidade Católica Portuguesa.

## EX-MINISTRO DA JUSTIÇA CHINÊS CONDENADO À PENA DE MORTE POR CORRUPÇÃO

Um ex-ministro da Justiça chinês foi condenado a pena de morte, suspensa por dois anos, por ter aceitado subornos e ajudado criminosos, incluindo o seu irmão, a esconder atividades ilegais, informou a televisão estatal chinesa. Fu Zhenghua, de 67 anos, declarou-se culpado de abuso de poder nos cargos de ministro e chefe da polícia de Pequim para ocultar crimes cometidos pelo seu irmão



e outras pessoas, segundo a CCTV. Em troca, Fu recebeu dinheiro e propriedades no valor de 117 milhões de yuans (cerca de 17 milhões de euros), detalhou o jornal oficial em língua inglesa China Daily. O antigo ministro vai ser condenado a prisão perpétua sem liberdade condicional, se a sua sentença for comutada, apontou a CCTV.

# DONALD TRUMP QUEIXA-SE DE SER NOVAMENTE VÍTIMA DE UMA "CAÇA ÀS BRUXAS"



O ex-Presidente dos Estados Unidos Donald Trump denunciou, quarta-feira, uma nova "caça às bruxas" elaborada contra si, após uma acusação de evasão fiscal apresentada pela procuradora-geral de Nova Iorque.

A procuradora-geral de Nova Iorque processou, na quarta-feira, Donald Trump e uma sua empresa por evasão fiscal e fraude comercial, envolvendo alguns dos seus ativos mais preciosos, incluindo propriedades em Ma-

nhattan, Chicago e Washington, D.C.. O processo, que decorre no tribunal estadual de Nova Iorque, é o culminar de uma investigação sobre Trump e a Trump Organization. Os três filhos mais velhos de Trump - Donald Jr., Ivanka e Eric - também foram apontados como arguidos, juntamente com dois gestores da empresa, Allen Weisselberg e Jeffrey McConney.

"Donald Trump inflacionou falsamente o seu património líquido em

milhares de milhões de dólares, para enriquecer injustamente e enganar o sistema", disse Letitia James, durante uma conferência de imprensa.

A investigação demorou mais de três anos e procurou provas de avaliações fraudulentas ou enganosas das propriedades de Trump.

A procuradora está convencida de que o objetivo destas operações ilegais era criar a imagem de um empresário bilionário, propiciando-lhe condições para obter empréstimos sobre um pa-

trimónio que estava inflacionado.

Após a divulgação da acusação, o ex-Presidente e empresário do setor imobiliário acusou a procuradora Letitia James de perseguição política, dizendo estar a ser de novo alvo de uma cabala política, isto quando se fala numa candidatura de Donald Trump nas eleições presidenciais em 2024.

"Nunca pensei que esse caso fosse para tribunal. Até que vi as sondagens negativas", disse Trump, na rede social Truth Social, relacionan-

do a investigação judicial com as sondagens que o ex-Presidente considera revelarem baixos índices de popularidade do Partido Democrata, que apoia o atual Governo dos EUA. A advogada de Trump Alina Habba já reagiu a este processo, denunciando que "não está assente nem em factos nem na lei, obedecendo apenas à agenda política da procuradora-geral", prometendo defender o seu cliente "contra todas as acusações sem prova".



## TRIBUNAL INTERNACIONAL MANTÉM PRISÃO PERPÉTUA PARA EX-CHEFE DOS KHMER VERMELHOS

Um tribunal internacional, apoiado pela ONU, manteve, a sentença de prisão perpétua para o antigo chefe de Estado Khieu Samphan, no último julgamento ligado aos crimes dos Khmer Vermelhos no Camboja.

Numa sessão realizada na capital cambojana, Phnom Penh, o tribu-

nal especial recusou os argumentos apresentados por Khieu Samphan, de 91 anos, condenado em 2018 por genocídio contra a minoria vietnamita, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

Apesar de ter sido chefe de Estado do Camboja durante o regime dos

Khmer Vermelhos, Khieu Samphan sempre negou ter tido qualquer papel nas políticas que levaram à morte de cerca de 1,7 milhões de pessoas em purgas, fome e abusos.

Khieu Samphan já estava a cumprir, desde 2014, uma primeira pena de prisão perpétua por crimes contra a humanidade pela migração forçada e desaparecimento de milhares de pessoas. Além de Khieu Samphan, o tribunal internacional condenou a prisão perpétua, em 2014, um outro líder dos Khmer Vermelhos Nuon Chea, e o chefe da prisão de segurança S-21 do regime de Pol Pot Kaing Guek Eav, responsável pela morte e tortura de mais de 15 mil presos.



## FALTA DE PROFESSORES: OVERDOSE DE SOCIALISMO

O ano letivo de 2022-2023 arranca com a carência de professores no ensino básico e secundário. O Ministério da Educação respondeu alargando o leque de habilitações académicas para se poder exercer a profissão. Ainda assim, o problema poderá persistir em informática, geografia ou físico-química e concentrar-se nas áreas de Lisboa, Vale do Tejo e Algarve. Não se trata de um mal episódico, mas mais um mal que se sobrepõe aos anteriores, numa continuada degradação do ensino público que se arrasta há décadas.

Se há falta de professores na abertura do ano letivo de 2022-2023 é porque, desde o domínio absoluto do Ministério da Educação por ideólogos e pedagogos socialistas imposto pelo guterrismo (1995-2002), a vida nas escolas viu acumular-se problemas sobre problemas: indisciplina dos alunos, burocracia, pressões para transições dos alunos sem freio, extensão absurda de currículos e horários que não deixam margem para o pagamento de salários dignos aos professores, ataque aos exames nacionais, centralização disfuncional da colocação de professores, degradação acentuada da qualidade do que se ensina determinado pelas isotéricas «Ciências da Educação» que deprimem os professores, afastando-os do conhecimento propriamente dito e da tranquilidade, por aí adiante.

A bola de neve de disfuncionalidades desembocou, agora, na falta de professores. Só surpreende haver quem se surpreenda. Pior só mesmo acreditar que os socialistas poderão alguma vez resolver a questão, ao mesmo tempo que rejeitam enfrentar o rol de disfuncionalidades estruturais do ensino, que eles mesmos criaram sempre em parceria com comunistas e bloquistas nesta área especialmente eficaz no controlo das sociedades, por via da instrumentalização massificada do pensamento.

Ao responder abrindo a possibilidade compreensível de qualquer licenciado pós-Bolonha poder lecionar (com apenas três anos de licenciatura, sem a profissionalização para a docência correspondente ao mestrado), no entanto o dogmático ministro da Educação, João Costa, não mudará o registo. Irá desperdiçar o que seria um avanço reformista fundamental, a saber, deslocar o enfoque da formação de professores de um pendor ideológico fortíssimo, por via das isotéricas Ciências da Educação, para uma de maior relevância científica ou técnica, esta focada no rigor e qualidade das áreas científicas ou académicas tradicionais de base que os futuros professores trazem das licenciaturas (Matemática, Literatura, Ciências, Filosofia, História, Biologia, entre outras). Essa orientação menos ideológica e mais científica melhoraria estruturalmente a qualidade da docência. Porém, tal reforma iria matar o mercado socialista das Ciências da Educação.

Perante isso, o ministro João Costa não hesita. Irá paralisar no imediato a vertente científica ou académica da formação dos professores, o Conhecimento propriamente dito, para desenrascar o socialismo numa situação de emergência. A estratégia servirá tão-só para dar tempo às Ciências da Educação, o braço intelectual do governo socialista, para se reorganizarem e voltarem à carga ideológica, o que continuará a degradar o ensino.

O controlo mental dos portugueses desde a infância, por via do controlo do modelo de formação dos professores do ensino básico e secundário, é o que move os socialistas. Apenas isso.



**GABRIEL MITHÁ RIBEIRO**  
DEPUTADO DO CHEGA

## DA VERDADEIRA LUTA DE CLASSES EM PORTUGAL

Sim, é verdade. Existe uma luta de classes em Portugal e estas estão perfeitamente identificadas e diferenciadas. Só que o conflito já não opõe os capitalistas aos proletários, até porque estes se encontram dos dois lados da barricada e já não têm, como outrora, interesses comuns. A luta é entre o Estado e os que dele dependem e os contribuintes. De um lado, temos os que vivem à sombra do Estado que lhes serve de título de legitimidade para explorar a outra classe - os pagantes de impostos, taxas e multas. Mais que nunca é actual a figura do Zé Povinho. O poder exercido pelos que beneficiam dos impostos é imenso: reflecte-se no autoritarismo político do Governo, na inépcia dos seus membros na maioria incompetentes e munidos de curricula intrujões, no mais descarado e arrogante nepotismo, no despesismo e na incurrência na prestação de serviços públicos tornada possível por um regime que obviamente não responsabiliza os dirigentes de nomeação partidária pelos medíocres resultados obtidos. Assim se premeia a incompetência e se reforça a influência no Estado.

Assim, de um lado está o Estado, sector político, administrativo e empresarial incluídos, e do outro a grande massa dos contribuintes. A ideologia de justificação já não é a religião salvífica nem a «Pátria» como no tempo do Salazar, mas o interesse público mediante o qual o Estado quer convencer os cidadãos que a sua contribuição tributária é em prol do bem comum e no seu próprio interesse. O circo mediático totalmente controlado ajuda. O Estado tem interesses próprios e muito claros: explorar o contribuinte e exercer o poder por intermédio dos seus dirigentes nomeados. Ao chamar a atenção para esta realidade não se quer denegrir a maioria dos funcionários públicos que fazem o que podem e dão exemplos de sincera dedicação à causa pública. Mas o mesmo não se verifica com os dirigentes políticos, «empresariais» e administrativos. São eles que exercem o poder e dele dispõem como de uma coutada, assaltando os contribuintes sem tréguas e sem sinais de contenção em benefício dos seus privilégios de classe, servidos quentinhos através do orçamento. Há situações que rocam o crime por omissão. São eles os verdadeiros senhores do nosso país.

O Estado é um bolo muito apetecível. É por isso que os partidos dominantes o querem conquistar e querem que o partido se sobreponha ao Estado para transformar o poder estatal em poder partidário. Os partidos maioritários estão do lado da classe dominante. Mais, são a classe dominante. Atingiu-se o ponto mais alto na nossa história recente na identificação de um partido político com o Estado. A realidade mexicana mostrou-nos durante décadas as consequências da sobreposição do Estado e do Partido Revolucionário Institucional. Não há alternativas. O PSD está cheio de pressa para fazer o mesmo que faz o PS em nome do tal interesse público. Não tenham ilusões. A modificação desta situação só se fará com uma profunda alteração da cultura política em prol de uma nova República alicerçada em valores democráticos e liberais, legitimada pelo sufrágio e por uma vida democrática muito mais exigente e participativa e, sobretudo, por uma Sociedade Civil forte e independente, coisa em que os actuais partidos dominantes nem querem ouvir falar e que demorará muito tempo, pelo menos o de uma geração. Até lá continuamos a assistir ao espectáculo da luta dos partidos dominantes pelo monopólio do interesse público enquanto vão enchendo os bolsos à custa do contribuinte e assegurando uma velhice descansada para os respectivos dirigentes.



**LUÍS MONCADA CABRAL**  
PROFESSOR DE DIREITO

## A HABITAÇÃO EM PORTUGAL E O PARTIDO CHEGA

Em 1918 Sidónio Pais criou o primeiro programa para casas económicas, "oferecendo vantagens fiscais a particulares, a associações e a instituições públicas que promovessem casas económicas com preço locativo máximo" e um congelamento das rendas habitacionais. Medidas que nos são familiares e que poderiam constituir um elemento de destaque em qualquer programa de António Costa.

A classe média trabalhadora e criadora de pequenos negócios é a mais fustigada e a menos apoiada a nível financeiro numa época em que adquirir casa própria passou a custar o dobro de há 10 anos enquanto os rendimentos estagnaram.

Até 2030, o governo português irá dispor de 70 mil milhões de euros para investir, a que correspondem fundos do PRR e do programa Portugal2020. Destes, o Governo disponibilizou no primeiro pacote, 2,7 mil milhões para habitação, correspondendo a 20 mil fogos, ignorando os estudos que apontam para a falta de 80 mil, num futuro muito próximo.

Portugal é dos países com a cultura financeira mais baixa da Europa e a classe política prima pelo exemplo. Por cada ano de atraso deste programa são 10 400 empregos que se perdem anualmente, são deixados de cobrar 1 600 mil milhões em sede de IVA e 713 milhões ao nível da Segurança Social que se perdem.

Virando-nos para a iniciativa privada, existem fundos de investimento estrangeiros com disponibilidade de investir em Portugal e na habitação em específico, valores que rondam os 2 a 3 biliões de euros. Os responsáveis pelos fundos descrevem a falta de políticas claras como o principal motivo que os retira a investir.

No meio da catástrofe criada pelos boys do PS, Helena Roseta afirma que no tempo da ditadura "as casas dadas pelo estado eram distribuídas sob critérios políticos e morais, sendo que a ditadura controlava quem conseguia casas" e que existia na altura uma conceção "paternalista" da habitação Social. Ora, afirmação que talvez sirva para entender onde o seu próprio partido se inspirou para definir as linhas mestras da habitação pública. Às quais todos sabemos quem são os principais beneficiários e que consequências têm pelos concelhos do país.

Em relação a isto, o partido que todos apontam como sendo vazio de medidas, na actual legislatura, das 13 medidas propostas em sede de Assembleia da República relativas à habitação, 5 foram do partido CHEGA. Desde medidas de auxílio ao financiamento de habitação própria, passando por medidas de aumento dos limites de dedução das despesas relativas a habitação em sede de IRS, ou da ampliação do programa porta 65 jovem, a isenção de IMI para habitações próprias, entre outras.

Neste (des)governo onde as medidas poderiam ser capa de jornal há 100 anos e onde os programas habitacionais que saem de forma pesada do bolso dos portugueses da classe média têm níveis de execução abaixo de 10%. É altura de prestar mais atenção ao grupo parlamentar que propõe mais do que é mostrado nos noticiários das 20 horas.



**ANTÓNIO LAGARTIXO**  
JUVENTUDE CHEGA